

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.975 - RJ (2019/0300599-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : FRANCINE PINHO DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : IVAN FIRMINO SANTIAGO DA SILVA - RJ091254
KARLA DUTRA TORRES - RJ158000
FRANCINE PINHO DE OLIVEIRA - RJ208726
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
PACIENTE : HUGO REINALDO BUENO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

DECISÃO

O paciente, acusado de integrar organização criminosa, alega ser vítima de constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*, que denegou a ordem impetrada naquela Corte e, com isso, manteve a sua prisão preventiva.

Neste *writ*, afirma a defesa que com o reconhecimento da incompetência da Justiça estadual para o julgamento do feito, ficou evidenciado que a constrição do paciente é ilegal, visto que além de encontrar-se destituída de fundamentação idônea, também foi proferida por Juízo absolutamente incompetente.

Aduz, nessa perspectiva, que "o Juízo originário, ao proferir o decreto prisional, tinha pleno conhecimento de que o dano ambiental vitimara área circundante a Unidade de Conservação Federal, sendo então notória, desde aquela ocasião, a competência da Justiça Federal para atuar no feito" (fl. 15). Assim, não se aplicaria a teoria do juízo aparente, tal como foi feito pelo Tribunal de origem. Por isso, requer a revogação da preventiva ou a fixação de medidas cautelares diversas.

Em que pesem os argumentos expostos pela defesa, notadamente o fato de que houve o reconhecimento de incompetência do Juízo que decretou a preventiva, não há como desconsiderar o que ficou consignado no acórdão impugnado, o qual, no particular, salientou (fl. 368, destaquei):

Não há qualquer ilegalidade nas diversas decisões

Superior Tribunal de Justiça

proferidas pelo Juízo de Direito da 33ª Vara Criminal da Capital, que posteriormente declinou da competência para a Justiça Federal. **Conforme a teoria do Juízo aparente, mesmo em caso de incompetência absoluta é possível a ratificação, a posteriori, das decisões proferidas pelo Juízo aparentemente competente, pelo Juízo ao qual será distribuída a ação penal em questão.**

Sobre o tema, entendo imprescindível citar os argumentos do Ministério Público expostos às fls. 141: “Registre-se, ademais, que o Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que, “mesmo em caso de incompetência absoluta, é possível ao juízo que recebe os autos do processo ratificar ou não os atos decisórios e provas colhidas” (RHC 76.745/RJ, Rel.

Min. Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., j. 28/03/2017).”

Tal compreensão, ao menos em princípio, está em consonância com a orientação deste Superior Tribunal, da qual destaco o seguinte aresto: “Esta Corte reconhece a teoria do juízo aparente, de forma a admitir como válidos atos praticados por juízo aparentemente competente” (AgRg no RHC n. 110.478/BA, Rel. Ministro Rogerio Schietti, DJe 23/5/2019).

Sob distinta angulação, observo, *initio litis*, no que tange à fundamentação da prisão preventiva, que essa questão foi avaliada, ao menos quanto ao pedido inicial, em relação aos corréus neste mesmo processo, como reconhece a própria defesa (HC n. 537.442/RJ, HC n. 533.626/RJ, HC n. 530.867/RJ e HC n. 527.640/RJ). Os fundamentos expostos nos referidos habeas corpus se aplicam ao caso.

Assim como consignei nos referidos processos, não observo, por ora, a aventada ausência de fundamentação idônea, sobretudo diante do constatado pelo Tribunal de origem, quando afirmou (fls. 416-417, grifos no original):

Além disso, Hugo Reinaldo Junior (ora paciente), Bruno Pupe Cancela, Antônio de Brito Machado, Thiago de Farias Martins, Manuel Henriques da Silva Junior (falecido), Leandro Rochmann Grzuobowsk e Abraão Fontenele Amorim desempenhavam papel de proeminência na associação criminosa, figurando como expressivos empresários no mercado imobiliário

ilegal da comunidade da Muzema e adjacências, atuando como espécie de “sócios empreendedores”, em mútua colaboração entre si e com terceiros ainda não identificados, desde a sondagem de novas terras a serem ocupadas, supressão criminosa de vegetação, desmonte e transporte de terras e minerais, fornecimento de material, ocupação, parcelamento clandestino do solo, auxílio na fiscalização e execução de obras, construção, divisão, venda, locação, administração e financiamento de imóveis clandestinos, assim como ocultação de bens adquiridos com proventos das atividades ilícitas, falsificação de documentos, pagamento de propina e uso de influência política junto a agentes públicos, utilização de ligações clandestinas de água e energia e todas as demais atividades necessárias para a exploração do ramo imobiliário ilícito na localidade, inclusive por interpostas pessoas (“laranjas”).

[...]

Hugo Reinaldo Júnior é apontado como “sócio investidor”, além de corretor e construtor do bando em questão. Nesse sentido, consta dos autos diálogo realizado em 18/11/2018, onde Hugo aparece exercendo corretagem em prol dos empreendimentos ilícitos, bem como reconhece seu papel de investidor em apartamentos para locação nos “empreendimentos” da organização criminosa:

Tais circunstâncias denotam, portanto, a existência de especificidades que demandam maior cautela no exame do caso, o que não se coaduna com o pedido *initio litis*, senão com o próprio mérito do *mandamus*, o qual será analisado no momento oportuno, razão pela qual **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau.

Depois, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**